

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATA - REUNIÃO 22 de janeiro de 2016

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de dois mil e dezasseis, pelas dezassete horas, reuniu, na Escola Básica de Telheiro (Centro Escolar da Barreira), o Conselho Municipal de Educação (CME), presidido pela Vereadora da Juventude, Educação e Biblioteca, Dr.^a Anabela Graça.

A Ordem de Trabalhos foi a seguinte:

1. Visita guiada ao Centro Escolar;
2. Informações;
3. “Carta Educativa de Leiria, proposta de novo documento 2017/2027”: apresentação da metodologia de trabalho, da estrutura do documento estratégico e recolha de contributos;
4. Eleição dos representantes dos docentes, por nível de ensino:
 - i. Um representante do pessoal docente do ensino secundário público;
 - ii. Um representante do pessoal docente do ensino básico público;
 - iii. Um representante do pessoal docente da educação pré-escolar pública.
5. Outros assuntos.

Após a visita ao Centro Escolar pelos elementos do Conselho Municipal de Educação, a Vereadora da Educação iniciou os trabalhos com a apresentação, a título de balanço, dos projetos em curso no âmbito do Projeto Educativo Municipal.

A este propósito, a Dr.^a Odete Mendes representante da saúde, apresentou a campanha de “Prevenção de Maus Tratos”, com um seminário previsto para 13 de abril e que culmina com uma exposição a 15 de maio Dia da Família.

O diretor do Agrupamento de Escolas de Colmeias informou que a EB de Colmeias comemora 20 anos e que está previsto realizar uma série de eventos sob o lema “20 anos de serviço público à comunidade”.

No ponto três, “Carta Educativa de Leiria 2017/2027”, a Vereadora da Educação referiu que este processo pretende ser participado e por este facto a temática será introduzida nas ações previstas de forma a recolher o máximo de contributos. Foi apresentado um esboço da estrutura da Carta Educativa (anexo 1), discutido com o Grupo da Plataforma Educativa Concelhia. Como se pode verificar no cronograma proposto, das ações previstas há que destacar o “Município vai à escola”, que consiste na realização de reuniões de trabalho promovido pelo Município com todos os parceiros educativos de cada escola, agrupamento de escolas e colégio, com o objetivo de recolher informação com vista à sua caracterização. Referiu a necessidade de se constituir um grupo de trabalho para refletir sobre a questão da mobilidade e transportes escolares.

A representante da DGestE, Susana Henriques, referiu que estão a aguardar o resultado de um grupo de trabalho formado no Ministério da Educação para definir a metodologia e estratégia para a construção das “novas” Cartas Educativas, a qualquer momento surgirão novidades sobre esta matéria.

A representante do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Paula Gonçalves, explicou como funciona a formação no contexto do IEFP e a inserção no mercado trabalho, aspeto considerado importante para perceber parte da formação ao longo da vida.

O presidente da Assembleia Municipal de Leiria, José Manuel Silva, a este propósito referiu que a primeira Carta Escolar do concelho de Leiria data de 1990 e resultou de um projeto pioneiro, no qual participou, em articulação com

a Direção Geral de Administração Escolar. Com base nesta experiência alertou para o facto de estar na altura de nos centrarmos nas pessoas e nos contextos sócio-territoriais e não apenas em números.

A Vereadora da Educação referiu que a carta educativa que se pretende construir será realizada por uma equipa da Câmara Municipal (Divisão de Planeamento Urbano e Divisão de Juventude, Educação e Biblioteca) com base nos dados recolhidos e com a participação da comunidade.

De seguida, foram discutidos pontos de vista relativamente à oferta pública e privada de ensino, nuns casos de complementaridade e noutros de concorrência.

O representante das associações de pais e encarregados de educação, Vítor Lourenço resumiu a diferença entre o ensino público e o privado com a garantia de horário completo de segunda a sexta-feira no privado, o que face aos contextos familiares se traduz numa segurança para os pais.

Em resposta à reflexão do representante dos encarregados de educação, Ilda Duro, diretora do Agrupamento de Escolas de Caranguejeira – Santa Catarina da Serra informou que nas escolas que dirige todos os alunos estão ocupados das 9h00 às 17h30, incluindo às quartas-feiras de tarde, através da participação em atividades.

A diretora do Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel, Adélia Lopes, referiu que a carta educativa é um documento de orientação estratégica de um território que se quer afirmar como “concelho educador”. Assim, será um documento a construir com transparência e equidade, dependente de contextos que vão para além da relação público/privado.

Helena Brites, representante das juntas de freguesia, acrescentou à discussão que a imagem que se tem da escola define as opções dos pais, as tradições, as opiniões dos pais, que, nem sempre, conhecem a realidade da escola.

O representante dos Estabelecimentos de Educação e Ensino Básico e Secundário Privados, Jorge Cotovio, resumiu a essência da questão ao acentuado decréscimo populacional e a concorrência agudiza-se não só entre escolas públicas e privadas mas também entre escolas públicas. O que teremos de discutir é a escola de qualidade independentemente da sua natureza jurídica.

No ponto quatro, informou-se que, relativamente à eleição dos representantes dos docentes do pré-escolar, básico e do secundário da rede pública no Conselho Municipal de Educação (cargos até então assumidos por diretores das escolas e agrupamentos) com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio aqueles passam a integrar diretamente o CME. Neste sentido, apresentou-se proposta de regulamento eleitoral e respetiva calendarização que, após discussão da matéria, foi aprovado com a manifestação de descontentamento do representante do ensino privado, Jorge Cotovio, pelo facto do conselho não integrar nenhum representante dos docentes do ensino não estatal, situação com a qual discorda totalmente. E questionou se o CME tem ou não autonomia para decidir se pode ter um representante com direito a voto, considerando que, caso contrário os docentes do privado estarão sub-representados.

O conselheiro Dr. José Manuel Silva respondeu que estamos a cumprir a Lei.

Por último, foi votada e aprovada a ata da reunião anterior do Conselho Municipal Educação, por maioria dos votos e duas abstenções.

A vereadora da Juventude, Educação e Biblioteca,



Anabela Graça